



ARTIGOS

RESUMO

Manaus hoje é a sétima maior metrópole brasileira, com mais de 2.000.000 de habitantes, tendo sido a capital que mais cresceu entre 2000 e 2010 (22%). Esse número representa mais um robusto salto demográfico, como os mais de 150% de outrora no auge da produção da Borracha e após a criação da Zona Franca! A cidade atual é o superlativo da Manaus patrimonial erguida com o Ciclo da Borracha na região Norte, época e região de extremos sociais com o fausto dos seringalistas e a quase-miséria dos seringueiros; e confirmando essa evidência, a arquitetura da época contrapunha o tapiri seringueiro de um lado e do outro lado as construções da Belle Époque amazonense da Borracha. Desta época, tem-se hoje preservado no núcleo da cidade o Teatro Amazonas (tombado pelo IPHAN em 1963), o Mercado Adolpho Lisboa (em 1985), e posteriormente o Porto (em 1986), de modo a formar o Centro Histórico tombado enfim em 2012. Além disso, o recente tombamento do Encontro das Águas (em 2015) reforça a indissociável ligação da cidade com a paisagem natural dos rios Negro e Solimões. Especialmente com o rio Ne-

MANAUS E SUA PAISAGEM CULTURAL:
ORLA FLUVIAL E O PATRIMÔNIO DA CIDADE-METRÓPOLE
Márcio Vianna | Márcilio Sudério

gro, que diante da cidade se curva e a abraça — afinal MANAOS significa MÃE DOS DEUSES — que traduz a mais expressiva ligação natural, cultural, paisagística, histórica, simbólica, mas também prática, produtiva, econômica, considerando principalmente o porto e a circulação de mercadorias e passageiros. Paisagem Cultural por excelência, sempre com ponto focal no porto, estende-se esse patrimônio por toda a barra fluvial urbana incluindo o Encontro das Águas, os igarapés urbanos, os igarapés adjacentes, e a floresta como elemento determinante, envolvendo a cidade e sua área metropolitana. Nas últimas décadas, cidades portuárias como Lisboa, Barcelona, Belém e o Rio de Janeiro, todas nascidas a partir de suas respectivas zonas portuárias, apresentam no porto o coração de seu valor histórico e patrimonial, mas também a ‘cara’ de seu presente e futuro, de modo progressista e impactante, com os trabalhos de suas respectivas revitalizações. Os portos são as duas faces da moeda, patrimônio e desenvolvimento, e em boa parte dos casos o revitalizar tem sido feito de modo harmônico, permitindo nova pujança, mas preservando o caráter tradicional que lhes viu nascer. Também Manaus é assim: saúda Presente e Futuro com o baticum do seu tradicional tambor, preserva suas manifestações culturais, artesanato, festas populares, culinária típica da qual tem tanto orgulho e faz efetivamente parte do seu dia-a-dia. Estas manifestações culturais materiais e imateriais constituem, todas juntas, um patrimônio complexo e indissociável, de uma população que mais

que qualquer outra no país, tem a cor do pau-brasil! Entende-se finalmente que Manaus tem na ligação cidade-rio um exemplo de excelência de paisagem cultural urbana, alinhado aos cânones da Unesco inclusive, e poderia, sim, ser reconhecida como “Patrimônio Mundial”. Patrimônio da Humanidade no Brasil... condizente com a importância da Floresta Amazônica para o mundo, e com a imponência da cúpula verde-amarela do Teatro Amazonas... hasteada em seu coração como metáfora da bandeira brasileira.

INTRODUÇÃO

...Na beira do rio, o Amazônia olha a água, sua consistência, sua densidade, seu ritmo, e olha para a mata em volta, e olha para o chão, a consistência do solo, as eventuais diferenças de elevação de terreno — deve nesse momento ter um respeito ‘devocional’ pelo o que vê e pelo o que sente! — e, enfim, decide onde viver, e onde e como exatamente construir. Deve ter sido mais ou menos assim há séculos, e desde então. Nas aldeias indígenas e depois em vilarejos, dentre os quais, alguns, se tornaram as cidades de hoje. Até porque os portugueses e espanhóis mais sensíveis devem ter prestado muita atenção nas lições que os nativos generosamente ofertavam. Nem precisavam falar a mesma Língua, se, ao ‘dialogar’ com o europeu, o braço do índio apontava o alto do barranco, depois apontava a terra baixa, alternadamente, com um suave mas seguro vai-e-vem da mão pra cima

e pra baixo... e o europeu ‘prestando atenção’ e entendendo naquele gesto o movimento da água na cheia e na vazante. Muitos aprenderam a lição. E sobreviveram, até hoje, na nossa cultura e na historiografia deste país e de seus irmãos vizinhos (ou em todo o “Novo Mundo” em situações específicas, mas não muito diferentes).



Fig 22 - Forte "Príncipe da Beira" em Costa Marques/Rondônia, no platô acima do barranco do rio. Fonte: WWW.diariodaamazonia.net

No contexto histórico e cultural da Amazônia ribeirinha, dentro e fora do Brasil, pode-se verificar que as relações entre o meio físico e os assentamentos urbaniformes da Região tendem a ser feitas de modo imperativo — considerada a imponência tanto da floresta como das águas, sobre o estabelecimento humano — mas também harmônico, na medida em que se impunha também haver uma relação de conhecimento, de entendimento, de respeito entre o grupo e o lugar que ocupavam; ou mais especificamente, neste grupo, aqueles indivíduos com a ‘missão’ de definir o ‘onde’ e o ‘como’. (Seriam estes, os “arquitetos e urbanistas” da tribo?)

Este procedimento de decisão quanto à forma de ocupar um lugar, ou melhor dizendo, essa ‘tradição’ de ocupação territorial, foi na história do Brasil e de seus parceiros de Amazônia uma questão cultural, associada ainda a outras questões — também culturais — copartícipes das decisões (inclusive de projeto), como: os lugares sagrados, a construção de símbolos edificáveis, os pontos de encontro e celebração, as formas de expressão, e assim por diante, ou seja, patrimônio tangível e intangível. Diga-se oportunamente, estas constatações aplicam-se tanto aos povos nativos quanto às comunidades de após a chegada dos europeus e outros que em diversos pontos vieram se estabelecer. Todos... todas as tribos, mais portuguesas, espanhóis, outros aventureiros e pretensos colonizadores, mais os posteriores amazônidas estáveis, como por exemplo,

hoje, as populações dos vizinhos Estados do Amazonas brasileiro e Estado Del Amazonas colombiano.

Uma das mais antigas imagens que se tem de Manaus (1845) já apresenta o forte e a capela antiga construídos no alto do barranco à beira-rio. Os dois exemplos citados existiram durante pouco tempo, logo substituídos por algo mais estável, ainda antes do Ciclo da Borracha; e o que nos interessa mais particularmente é que a Manaus da Borracha adequou-se, reafirmando, valorizando, ‘embelezando’ até, o “projeto” que a acolheu.



Fig 23 - Manaus em 1845 – Fonte: DUARTE, 2009

Embora seja verdade que a cidade cresceu barbaramente nas décadas que seguiram a época das imagens acima — e até hoje, quando Manaus é uma das metrópoles que mais cresce no Brasil — podemos dizer que a relação original se mantém, entre a terra e a água, entre o estabelecimento humano e a paisagem e, mais do que isso, podemos dizer que não se trata de forma nenhuma de uma relação apenas visual ou de envolvimento, mas uma relação histórica prática, econômica, cotidiana, permanente e cada vez mais pujante há séculos.

Num sentido figurado, poderíamos dizer que cada qual a seu modo e

cada qual tirando suas costumeiras conclusões, tanto Marx quanto Engels teriam gostado de saborear um peixe à moda local nalgum trecho do Porto de Manaus, apreciando o movimento e a paisagem natural e antropológica.



Fig 24 - Porto de Manaus e rio Negro— Foto: www.copa2014.gov.br

Manaus foi fundada em 1669, teve um grande apogeu no período da produção da borracha na virada do século XIX para o XX, teve outro pique nas décadas de ouro da “Zona Franca” ao final do século XX, e hoje é uma grande metrópole... talvez destoante de algumas pequenas cidades amazônicas ribeirinhas que continuam com um aspecto muito próximo dos séculos anteriores. Manaus cresceu demais, muito se perdeu ao longo desses processos, mas continuam vivos e pujantes seus símbolos imateriais e materiais pulsantes no centro histórico tombado, no Porto movimentadíssimo, seu mercado de peixe, seus barcos peculiares, seu povo que é o povo mais ‘da cor do pau-brasil’

de todo o território brasileiro, tudo isso ‘supervisionado’, digamos, pela cúpula verde-amarela do Teatro, hasteada no coração da imensa e peculiar Amazônia.

DIMENSÃO FÍSICO-TERRITORIAL:

A primeira característica físico-territorial a ser destacada é a ocupação de algum trecho escolhido na margem do rio (barra ou barranca), que representa o processo de adaptação do assentamento humano ao sítio natural da região, estratégia que está ainda hoje claramente “viva” principalmente em sítios urbanos pequenos, caso da maioria das cidades ribeirinhas da região.

Essa característica geográfica é recorrente nas regiões do planeta banhadas por rios ou oceanos, e na Amazônia se repete tanto nos cursos dos grandes rios da região, quanto ao longo dos braços de rios menores, chamados localmente de igarapés. O processo natural de depósito e escavação do solo das margens, feito pela água das correntezas em toda imensa região amazônica, está ligado ao movimento de cheia e vazante dos rios, o qual muda radicalmente a paisagem e até o acesso a certos locais ao longo do ano.

Essa peculiaridade levou, na maioria dos casos, à escolha preferencial de certos tipos de sítio para o assentamento das cidades por toda a Amazônia, dentro e fora do Brasil, que são os sítios altos e secos e de terra firme, adjacentes aos cursos d'água mas ligeiramente eleva-

dos em relação a eles. É típica ainda a existência de uma faixa intermediária de terra (chamada "terra caída") que cede, desmancha-se na água periodicamente; assim, a opção recai sempre pelo trecho seco e mais elevado em relação a essa faixa sazonal não confiável.

O domínio ou a adaptação física desse fragmento da paisagem, a barranca, se apresenta como um dos primeiros traços morfológicos das cidades amazônicas, banhadas por orla fluvial ou oceânica. O estabelecimento desse primeiro arranjo formal determinará, por vezes, o acesso ao assentamento, que na região dá-se principalmente (ou exclusivamente, em muitos casos) por hidrovia. Para muitas cidades, o domínio da barranca significa o controle do principal meio de entrada e saída do núcleo.



Fig 25 - Teatro Amazonas – Foto Embratur

Manaus segue essa lógica de adaptação e o seu núcleo foi construído em terreno mais alto e mais firme. Esta é a gênese morfológica de Manaus: a intervenção na Barra do Rio Negro, a locação das principais edificações em pontos de defesa e resguardo. Em síntese, um lugar que, paralelamente, edifica-se pela adequação ao meio físico, e por sua intervenção.

DIMENSÃO HISTÓRICA:

A história da região denominada de Amazônia já possui uma bibliografia consistente para esta pesquisa demons-trando atenção especial à ótica dos autores Márcio Souza, Neide Gondim e Djalma Batista, especialmente no caso das obras, respectivamente, “História da Amazônia”, “A Invenção da Amazônia” e “O Complexo da Amazônia”. De particular interesse, os três compartilham a perspectiva de uma “invenção” regional exógena (europeia, norte-americana e até brasileira), não apenas econômica, mas também ideológica. Os três autores verificam que essa invenção foi reeditada ao longo dos últimos quinhentos anos. Os trabalhos de Souza (2009) e Gondim (2007) são mais recentes, já a obra de Batista foi publicada pela primeira vez em 1976; independente dos diferentes contextos em que foram concebidos, são contribuintes entre si no esclarecimento dos aspectos aqui elencados.

A partir do paradigma de ‘viagem’ e ‘contato com outros povos’ no exemplo emblemático do contato europeu com o Oriente, em determinado momento da

História despon-ta, no extremo oposto, o encontro com a Amazônia, coração mais recôndito do então chamado “Novo Mundo”, que colocou os povos da Eurásia na condição de diferença em relação aos “outros” povos, dos novos mundos con-tatados. O estranhamento e o deslumbre frente ao desconhecido, de natureza diversa e de culturas não moldadas pelas tradições cristãs, impeliu o confronto, pois “a tal conjunto de maravilhas anexam-se as monstruosidades animais e corporais, incluídas tão somente enquanto oposição ao homem considerado como adâmica normal” (GONDIM apud SOUZA, 2009, p.65). Gondim ratifica Souza, ao esclarecer sobre uma mentalidade medieval tardia que em muito ainda influenciava a visão europeia moderna das possibilidades de uma realidade além do mundo conhecido.

Historicamente esse contato inicial con-tribuiu para a sedimentação dos mitos que chegaram à contemporaneidade na forma de rótulo: a região ainda hoje é chamada de um dos últimos confins do globo. Para esse lugar ‘impossível’ foram inventados o lugar e o homem (selvagem) amazônicos, ambos como símbolos do anti-mundo. A dicotomia entre Velho Mundo e Novo Mundo fundou a Amazônia enquanto lugar do inusitado, pois “as narra-tivas mesclavam o fantástico pagão e cristão” (GONDIM, 2007, p. 27). Esse caráter dicotômico também construiu a visão do nativo como parte daquilo que não se entendia; autóctone necessariamente anormal, pois não se moldava aos desígnios

cristãos, sendo assim:

“[...] de que maneira o olhar do habitante do Velho Mundo veria o Novo se entre os dois persistia a crença da inabitabilidade da zona tórrida, da inexistência de uma raça única, com suas variáveis culturais e étnicas, fauna não embarcada na arca de Noé, flora não alagada pelo dilúvio, rios jamais citados pela Bíblia?” (GONDIM, 2007, p.48).

O contato jamais seria pacífico e uma coexistência bem-sucedida se tornaria impraticável em terras amazônicas. O fato de as sociedades indígenas transitarem satisfatoriamente pela região, obrigando o branco europeu a acatá-las em seus métodos de sobrevivência e trato com a realidade, já era um verdadeiro ‘ultra-je’ inconsciente para o cristão civilizado (SOUZA, 2009, p.79).

Além disso, as condições de esfinge natural e cultural se associaram ao interesse econômico, o qual também foi mitificado pela busca do El Dourado, pois o mesmo parecia ao olhar europeu:

“[...] país fabuloso situado em algum lugar do noroeste amazônico, dele se dizia ser tão rico e cheio de tesouros que, segundo a lenda, o chefe da tribo recebia em todo o corpo uma camada de ouro em pó e a seguir se banhava num lago vulcânico” (SOUZA, 2009, p.69).

Nesse cenário de tantas contradições, vários europeus desbravaram a região em expedições de datas e percursos diversos, dentre os quais espanhóis e portugueses, mas também ingleses, holandeses, alemães e outros. De todos os lados, como que ‘cercando’ a imensa hiléia: Pelo Atlântico junto à foz do Amazonas, pelo Pacífico à altura do Peru, pelo Caribe colombiano e em outros pontos. Muitos são os nomes e fatos conhecidos, aqui apenas citados sem que se detalhe seus exatos feitos e percursos, conseqüências, tangentes ou internos ao todo da Amazônia:

1. O primeiro europeu a ter contato com a Amazônia foi Vicente Pínzon, que em 1500 pensou ter alcançado a Índia, confrontou nativos e apresou 36 índios que foram enviados à Espanha.
2. Outro espanhol, Francisco Orellana, empreitou a primeira expedição pelo “Mar Dulce”, dos Andes ao litoral do Atlântico em 1540/42, tendo atingido o ponto do atualmente chamado Encontro das Águas (nas imediações onde hoje está Manaus), entre os Rios Negro e Solimões.
3. Nesse contexto de interesses pela região amazônica, Portugal reagiu, mesmo em desrespeito ao Tratado de Tordesilhas, com uma expedição em 1615, comandada por Francisco Caldeira de Castelo Branco, tendo como membro da equipe o alferes Pedro Teixeira; o grande êxito dessa expedição foi a construção da fortaleza, que recebeu o nome de Forte do Presépio em Belém do Pará, em 1616 e, em decorrência, “batizaram com o nome de Santa Maria de Belém, e à região decidiram chamar de Feliz Lusitânia, numa alusão direta de que faziam aquela conquista em nome de Portugal” (SOUZA, 2009, p. 92).
4. Em 1625, sob o comando de Pedro Teixeira, são derrotados os últimos postos de ingleses, franceses e holandeses, assim “em dez anos, os portugueses se tornaram os ocupantes indisputáveis da Amazônia e consolidaram sua presença com a criação, em 21 de março de 1624, do Estado do Maranhão e Grão-Pará” (SOUZA, 2009, p. 96).
5. Em 1657 foi fundada a missão dos jesuítas no Rio Negro, o que representa um considerável ponto de penetração portuguesa do ocidente amazônico; essa penetração também ocorre rumo ao oeste e “em meados do século XVIII os portugueses chegam ao rio Guaporé; e em 1742, ocorre a viagem de Manuel Félix de Lima, que mostrou a possibilidade de navegar do Mato Grosso ao Pará” (SOUZA, 2009, p. 115).
6. Em meados do século XVII, no ano de 1755, foi criada a Capitania de São José do Rio Negro; tal fato indica a necessidade portuguesa de se fazer presente na realidade da hiterlândia amazônica e surtiu como efeito urbano mais expressivo, a elevação de aldeias à condição de vilas.

Em resumo e segundo Souza (2009) temos claramente as seguintes etapas históricas na Amazônia lusitana ainda antes do Ciclo da Borracha:

- I. De 1600 a 1700, expulsão dos outros europeus e ocupação colonial;
- II. de 1700 a 1755, estabelecimento do sistema de missões religiosas e organização política da colônia;
- III. de 1757 a 1798, criação do sistema de Diretorias de Índios e esforço para alcançar o avanço do capitalismo internacional;
- IV. de 1800 a 1823, crise e estagnação do sistema colonial (SOUZA, 2009, p.127).

Manaus já se conforma a partir do século XVII num enclave da civilização ocidental em meio à floresta tropical, representando, espacialmente, a busca do homem pelo controle do meio, particularmente no contexto da Expansão Ibérica portuguesa dos séculos XVI e XVII. Ali as cidades desempenhavam papel denexo essencial para a manutenção de rotas comerciais marítimas, espécie de postos avançados, status de enclave que manteve-se durante o Ciclo da Borracha devido a sua posição de grande centro de comércio e distribuição (entre 1880 e 1910/12), e prosseguiu com a criação da Zona Franca em 1967, fato que alavancou a atual condição metropolitana.

A cidade da Amazônia na modernidade é a cidade do projeto. Fruto da expansão

do comércio europeu, seu arranjo físico reflete o caráter de peça de uma engrenagem maior, e essa é a sua principal instituição urbana; no caso específico, a produção e comercialização da Borracha, aí incluído transporte regional e internacional. Na Amazônia, os assentamentos coloniais são o que precisam ser para a sustentação de rotas comerciais marítimas. São pontos em terra, de recepção e emissão de mercadorias e pessoas; governados e protegidos pela força militar e pela fé cristã.

Fundada em 1669 como cidade-fortaleza com a construção do Forte de São José da Barra do Rio Negro, para resguardar da cobiça espanhola os territórios ocidentais da grande floresta, num primeiro momento atuou em três frentes: como ponto de controle militar do território, ponto de cristianização, e ponto de comércio dos frutos do extrativismo, pouco evoluindo em importância e mancha urbana no decorrer dos duzentos anos seguintes. Manaus mantinha, ainda em meados do século XIX, feições urbanas pouco alteradas desde a época de sua fundação. Sua frágil evolução econômica e a proeminência de Belém sobre a região amazônica, contribuiu para preservar o arranjo físico erigido nos séculos XVII e XVIII.

O arranjo da malha não é pouco pretensioso, é econômico. É também, nos primeiros momentos de existência do núcleo, um complemento físico mínimo; consequência necessária à existência humana, mais atrelada ao quê e a quem chega e sai, com ênfase nas áreas portuárias es-

pecificamente. Isso é válido para Manaus como para outras cidades à beira d'água. A diversidade de tipos urbanos, cidades empresariais, portuárias (nesse grupo entram Belém e Manaus, como entrepostos comerciais) e termais, vai apresentar duas bases recorrentes: o aproveitamento das estruturas urbanas modernas e o incremento das mesmas com as novas linhas de comunicação e transporte, a exemplo das ferrovias e telégrafos, que provocam uma verdadeira explosão populacional em antigas cidades como Liverpool (com a qual Manaus estabelece profundas ligações comerciais e culturais diretas), Hamburgo, Barcelona, Marselha, Gênova, importantes portos europeus até hoje.

Fica claro que o processo deu-se dos dois lados do Atlântico; na Amazônia as estruturas urbanas modernas foram profundamente transformadas pelo crescimento oitocentista, mas não arrasadas, pelo contrário: em Manaus o núcleo urbano moderno, já consolidado em 1850, influencia e direciona o crescimento físico da cidade após essa data.

Pouca diferença parece haver entre a Manaus 'original' e aquela que foi encontrada pelo início do processo da Borracha. Na Amazônia, as estruturas urbanas modernas foram profundamente transformadas pelo crescimento oitocentista, mas não arrasadas, pelo contrário: desenvolvidas, adensadas, enriquecidas, sobre a estrutura original confirmada ou próximo disso. Não negam o passado físico ainda que se construam literalmente sobre este, que é absorvido pelos novos tempos e

ainda se faz presente e bem vivo hoje em dia. O mesmo aconteceu em Belém do Pará, no mesmo período.

Para a Amazônia, o Ciclo da Borracha no período compreendido entre 1880 e 1912 delimitou uma época divisora de águas. As transformações foram indelévels no âmbito mais amplo das esferas econômicas e culturais; foram apenas três décadas, aproximadamente, que por assim dizer 'refundaram' a região inteira. No aspecto material urbano, a resiliência do vasto conjunto deixado ainda hoje de exemplares edifícios, permite a concreta análise do quão impactante e transformador foi o período, nas maiores cidades da região, ambas com mais de duzentos anos de fundação, quando do início e expansão da economia gomífera.

Otoni Mesquita, em "La Belle Vitrine: Manaus entre dois tempos (1890-1900)", caracteriza o período como uma re-fundação da cidade, não só da toponímia de suas ruas e logradouros, mas principalmente da sua materialidade urbana. Essa ressignificação é reflexo concreto de outro grande "projeto" de cidade – assim como foi seu surgimento na modernidade – requisitado pela contemporaneidade de então, no qual o arranjo de ruas erigido por dois séculos é submerso e acrescido de outra cidade, a cidade-vitrine, com as novas edificações-símbolo... a cidade idílica que foi realidade naquelas décadas e ainda hoje permanece edificada na memória, mas também no chão da cidade, seu centro histórico tombado e simbólico.

Manaus foi reformada para corresponder às expectativas das elites capitalistas em várias esferas geográficas, da municipal à mundial passando pela esfera regional, pois o escoamento da borracha produzida dependia fortemente, até fins do século XIX, do porto de Belém.

Um personagem deve ser citado: Mesquita (2009) observa que “dentre os governadores do período estudado, destacamos a emblemática figura de Eduardo Ribeiro, apontando-o como responsável pelo desencadeamento do processo de modernização da cidade de Manaus” (MESQUITA, 2009, p.248) — conhecido como o Haussmann Mulato, reflete o momento de reinvenção de Manaus. Em perspectiva mais panorâmica e crítica, Souza (2009) exhibe o contexto cultural do período indo ao encontro da feição de vitrine defendida por Mesquita.

Neste ponto deve ser observado que embora a cidade faustuosa e idílica se tenha realizado literalmente em cima do piso vernáculo, manteve sua essência, no que diz respeito a aspectos decisórios como:

- 1) o porto é confirmado na linha direta da água nas terras baixas, na curva mais proeminente da barra do rio Negro;
- 2) confirma-se cada vez mais, e com ênfase, a relação direta da cidade com seu porto;
- 3) confirma-se a eleição das terras altas (embora não chegue a configurar uma situação de “Cidade Alta e Cidade Baixa”

por exemplo como em Salvador) como platô para o núcleo urbano efetivo;

4) mantém-se as edificações simbólicas e outras são erigidas, sempre em localização privilegiada em pontos diversos nesses platôs — até mesmo a casa de Eduardo Ribeiro localiza-se próxima ao Teatro Amazonas e edifícios governamentais;

5) embora com diferenças, mantém-se o arruamento predominante em xadrez no platô abraçado pelos dois principais igarapés limítrofes;

6) a confirmação desses dois igarapés (São Raimundo e Educandos) como limites da cidade de então e futuro limite do centro antigo; e além disso,

7) ratifica-se o direcionamento de qualquer expansão por eixos perpendiculares à linha da água e do porto, como que bissetriz do ângulo formado pelos dois grandes igarapés.

Na Amazônia o século XX inicia-se em clima de euforia econômica: a década de 1910 é vivida em Manaus sob a égide do progresso. A tônica do momento era representada pelas associações progressistas feitas às duas cidades que concentravam o comércio do látex: Belém e Manaus. “Paris dos Trópicos” e outros emblemas simbolizavam a “construção” urbana em curso no Pará e no Amazonas.

A partir da década de 1910, com a perda do monopólio na extração da goma para os seringais asiáticos, essa construção urbana estaciona; primeiramente do ponto vista físico e, posteriormente – algumas décadas depois – na esfera ideológica. Manaus entra em profunda crise, com isso obras tanto pontuais, quanto gerais, são interrompidas ou concluídas no ritmo das possibilidades.

No contexto de rupturas, pode-se apontar o fim do Ciclo da Borracha na Amazônia com o surgimento da concorrência asiática, que foi uma espécie de imprevisto, algo como uma fratura, um caminho abandonado de repente, que rompeu a ordem positivista urbana estabelecida nas cidades da região, refletindo enormemente no quadro físico que os assentamentos exibiriam posteriormente.

Após o declínio de 1910/12-1915, Manaus viveu décadas de marasmo econômico, mas apesar disso seu arranjo urbano vivenciou novas e profundas alterações. O cenário sofreu breve mudança durante a Segunda Guerra Mundial com o retorno do interesse capitalista pelos seringais

da região, o que, ao terminar, provocou grande êxodo de populações interioranas para a cidade, como acontecera ao fim do Ciclo da Borracha.

Num comparativo, é possível estabelecer que, tanto a modernidade urbana, quanto a contemporaneidade, encerram a ideia de cidade como projeto físico e cultural. As diferenças entre os artefatos construídos no primeiro recorte, e as reformas/acréscimos, trazidos com o segundo residem na transição do capitalismo do estágio extensivo (na modernidade), para o estágio intensivo, que atingiu a saturação na década de 1960.

Novamente, Manaus entra em decadência econômica com o agravante de receber grandes contingentes populacionais para os quais não estava preparada. Esse crescimento no número de habitantes recebeu expressivo incremento com a criação da Zona Franca de Manaus em 1967, que transformou a cidade, até então estabelecida como centro comercial e administrativo, num polo internacional de comércio e indústria.



Fig 26 - Planta de Manaus em 1969, mesmas linhas gerais do século anterior
Fonte: Duarte, 2009

A criação da Zona Franca potencializou essa dinâmica, ao impor à cidade um ritmo acelerado de crescimento populacional e físico, para o qual as esferas da administração pública (nos âmbitos federal, estadual e municipal) não demonstraram retorno satisfatório. Nas quatro décadas seguintes consolidou-se o processo de metropolização e a problemática de integração do sistema viário cresceu em igual escala.

Entre a década de 1960 e 2005, Manaus saltou de, aproximadamente 200.000 habitantes, para 2 milhões (considerada a região metropolitana); sua área urbana aumentou em mais de quinze vezes, saindo de aproximados 30km² para mais de 440km² de tecido urbanizado.

Todavia, e de certa forma à revelia da ex-

pansão recente, a Manaus-metrópole de hoje, mesmo ocupando uma imensa área, confirma essa relação original com o sítio físico, que já tinha sido confirmada, como vimos, tanto com as etapas da Borracha como ao tempo da eclosão e boom da Zona Franca. Isso configura um dos principais ingredientes da 'filosofia' do patrimônio cultural: o valor de permanência, a ênfase à História, o respeito às forças do Tempo. Como se no fundo dos especuladores de hoje pulsasse um dna ribeirinho e uma filiação indelével à Mãe dos Deuses... que é exatamente o que significa "MANAOS": Mãe dos Deuses!

DIMENSÃO PATRIMONIAL:

Neste texto pretendemos colocar luzes e foco na relação indissociável entre cidade-barranca-água, relação essa que

conduz esse território ao status de singular “paisagem cultural urbana”. Na realidade, um e outro são uma coisa só, centro histórico e orla fluvial, assim como são uma coisa só o patrimônio material e o imaterial que ali se manifestam: o leito negro do rio, o verde da mata, as construções coloridas e simbólicas, o burburinho dos estivadores e passageiros, a culinária típica sempre presente, entre outras manifestações culturais corriqueiras como uma peça do cancionário popular (por quem trabalha cantando...). Local de referência cultural do sagrado e do profano, com todos os seus ofícios e saberes, artesanato, etc. Ambas as vertentes de patrimônio se completam e se fundem e fica difícil saber quem-antecede-quem desde o conceito vernáculo de ‘lugar’, não necessariamente ‘sagrado’ mas definitivamente ‘consagrado’ pela sedimentação da história de seu povo.

Embora tratando-se de outro ponto geográfico e outra situação antropológica e conceitual, dentro das categorias do patrimônio cultural brasileiro segundo o Artigo 216 da Constituição Federal de 1988, faz-se oportuna a citação, neste ponto, de trecho do dossier do IPHAN para o registro da Cachoeira do Iauaretê, no alto rio Negro e portanto simbolicamente ligada ao porto de Manaus (IPHAN 2006, Dossier 7, pag 11):

“O reconhecimento dos lugares sagrados dos povos que vivem na confluência dos rios Uaupés e Papuri, destaca a inesgotável capacidade desses povos indígenas criarem e recriarem suas tradições na perspectiva de um projeto histórico de resistência cultural. (...) Esses lugares indicam, igualmente, os códigos de manejo social organizadores da vida, tais como as formas de convivência e os mecanismos de transmissão dos saberes, identificadores das várias etnias que compartilham territórios e padrões culturais.”

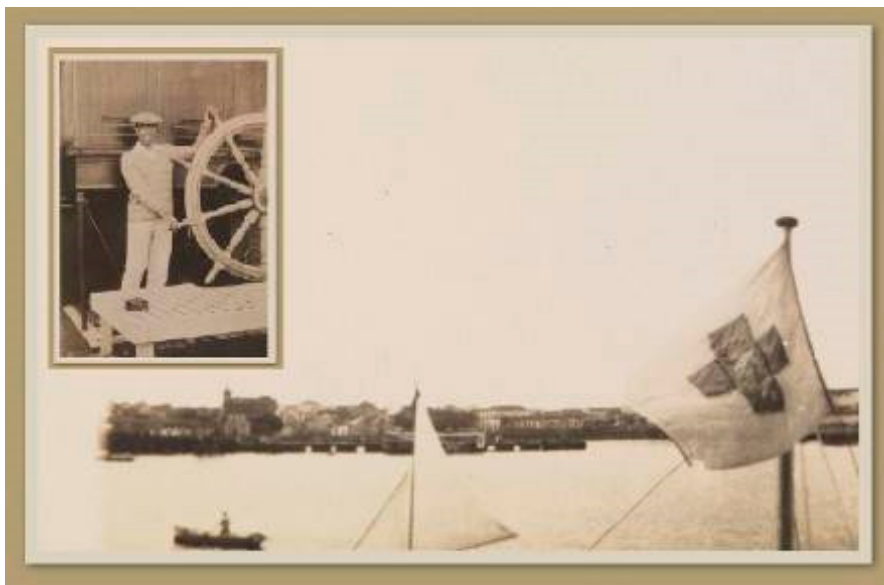


Fig 27 - porto de Manaus visto por Mário de Andrade, e o mesmo num barco no rio Solimões - Fonte: ANDRADE, 2015

Na tradição e metodologias do Iphan para a lide com o patrimônio cultural brasileiro em suas várias vertentes, devemos citar nesse momento a viagem 'fundadora' que Mário de Andrade fez ao Norte do País em 1927, retratada no seu "O Turista Aprendiz" — recentemente (2015) relançado pelo Iphan em edição enriquecida e conclusiva, de indispensável leitura para o brasileiro que queira conhecer bem seu próprio país. Noutro momento por assim dizer re-fundador do IPHAN, Aloísio Magalhães, 'modernizador' da instituição na virada da década de 70 para 80, diria que "só se preserva aquilo que se ama e só se ama aquilo que se conhece" (MAGALHÃES, 1997 p. 190). Ambos os pensadores do patrimônio cultural brasileiro contribuíram para a visão abrangente que temos hoje do nosso patrimônio, tanto geográfica quanto conceitualmente em visão antropológica, novamente citando o Artigo 216 da Constituição.

Nesse contexto, a paisagem cultural urbana da orla histórica de Manaus, seu porto, a beira d'água e o leito do rio até o Encontro das Águas, representam muito bem a diversidade das categorias (constitucionais) do patrimônio cultural brasileiro, a amplitude de seu conceito e do universo e objeto de trabalho de quem lida com esses temas. E comprova que vivenciar e até trabalhar com paisagem cultural, urbana sobretudo, consiste muito mais do que um mero aspecto visual ou cenográfico da paisagem, mas também seu lado antropológico, prático, cotidiano, econômico inclusive. Coisa que o objeto aqui analisado representa por excelência!

Em seu "Paisagem Cultural e Patrimônio", Rafael Winter Ribeiro centra o foco de seus estudos justamente na amplitude e variações do conceito de paisagem cultural. Parte da referência a Donald Meining que "identificava dez formas diferentes

de encarar a paisagem: como natureza, como habitat, como artefato, como sistema, como problema, como riqueza, como ideologia, como história, como lugar e como estética". (RIBEIRO, apud MEINING, 2007, pag 9). Mais adiante, RIBEIRO (2007) usa duas expressões fortes para caracterizar essa situação: refere-se que a paisagem cultural é "onde a história pode ser lida" e chama-a também de "representação da materialização da memória" o que não é muito diferente. (WINTER, 2007, p. 57).

Ainda em RIBEIRO (2007), agora citando O'Donnel (2004), não caberia mais hoje em dia a tradicional oposição entre Natureza e Cultura, mormente nestes temas do patrimônio cultural ou mais ainda da Paisagem Cultural: "Há uma convergência de valores naturais e culturais na paisagem, e um reconhecimento crescente de que a separação tradicional entre natureza e cultura é um obstáculo à proteção e não é mais sustentável". (RIBEIRO, 2007, p. 63 apud O'DONNEL, 2004: 45) Parece que propositalmente o autor usa a palavra 'sustentável', de modo a insinuar que a relação sadia entre Natureza e Cultura é totalmente adequada aos atuais conceitos e atitudes de 'Sustentabilidade'.

É esta visão interdependente entre patrimônio cultural e patrimônio natural, que está muito bem patente nas relações culturais manifestas no Porto de Manaus e sua ambiência tanto urbana quanto natural e paisagística, a ser reconhecida em nível de excelência enquanto paisagem cultural urbana aos moldes do conceito

da Unesco, e aqui de público gostaríamos de propor.

E para quem nunca desfrutou de um por-do-sol no rio Negro, à beira d'água no Porto de Manaus, fica o convite. Se faz mister e inapelável aquele 'conhecer' e aprender a amar o país em toda sua extensão geográfica e cultural, e são muito representativos, nesse contexto e na evidência das nossas dimensões continentais, os rios Negro e Solimões e seu encontro e junção em Manaus e, a partir de Manaus — a Mãe dos Deuses — o rio Amazonas. A carga simbólica é muito forte, o valor cultural muito significativo. E a cúpula verde-amarela do Teatro Amazonas aí comparece e a tudo coroa como metáfora de Soberania.

“E principiou um dos crepúsculos mais imensos do mundo, é impossível descrever. Fez crepúsculo em toda a abóbada celeste, norte, sul, leste, oeste. Não se sabia pra que lado o sol deitava, um céu todinho em rosa e ouro, depois lilás e azul, depois negro e encarnado se definindo com furor. Manaus a estibordo. As águas negras por baixo. Dava vontade de gritar, de morrer de amor, de esquecer tudo. Quando a intensidade do prazer foi tanta que não me permitiu mais gozar, fiquei com olhos cheios de lágrimas” (ANDRADE 2015, Op. Cit, pag 137)



Fig 28 - Teatro Amazonas, detalhe da cúpula – Foto Márcio Vianna

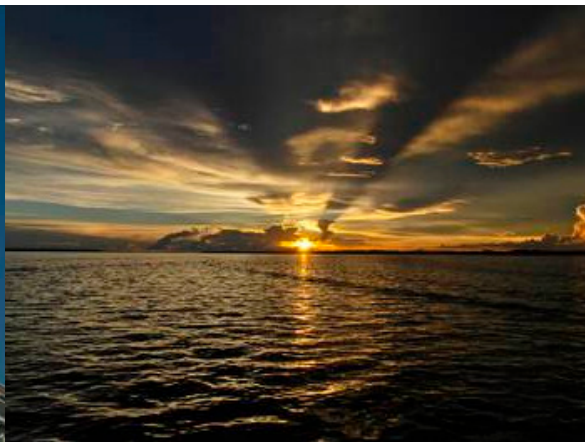


Fig 29 - Por-do-sol no rio Negro, no Porto de Manaus – Foto: www.brasiladentro.com.br

BIBLIOGRAFIA

ANDRADE, Mário de. O Turista Aprendiz: edição de texto apurado, anotada e acrescida de documentos. Brasília DF: IPHAN, 2015.

BATISTA, Djalma. O complexo da Amazônia: Análise do processo de desenvolvimento. 2ª Ed. Manaus: Editora Valer, Edua e Inpa, 2007.

BITTENCOURT, Agnello. Fundação de Manaus: pródromos e sequências. Manaus: Editora Sérgio Cardoso, 1969.

BOTELHO, Antônio José. Redesenhando o projeto Zona Franca de Manaus: um estado em alerta. Manaus: Editora Valer, 2006.

COSTA, Graciete Guerra da. Manaus: Um Estudo de seu Patrimônio Arquitetônico e Urbano. Dissertação (Mestrado). Programa de Pesquisa e Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo PPG-FAU. Universidade de Brasília - UnB. Brasília, 2006.

DIAS, Edinea Mascarenhas. A ilusão do Fausto: Manaus 1890-1920. 2ª Ed. Manaus: Editora Valer, 2007.

DUARTE, Durango Martins. Manaus entre o passado e o presente. Manaus: Ed. Mídia Ponto Comm, 2009.

FIGUEIREDO, Aguinaldo Nascimento. História do Amazonas. Manaus: Editora Valer, 2011.

GONDIM, Neide. A invenção da Amazônia. 2ª Ed. Manaus: Editora Valer, 2007.

IPHAN, Programa Monumenta. Sítios Históricos e Conjuntos Urbanos de Monumentos Nacionais. Volume III. Brasília, Ministério da Cultura, Programa Monumenta, 2005.

IPHAN. Dossier 7 Cachoeira do Iauaretê. Brasília DF 2007.

MEDEIROS, Valério Augusto Soares de. Urbis Brasiliae ou sobre cidades do Brasil: Inserindo assentamentos urbanos do país em investigações configuracionais comparativas. Tese (Doutorado). Programa de Pesquisa e Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo PPG-FAU. Universidade de Brasília - UnB. Brasília, 2006.

MESQUITA, Otoni Moreira de. Manaus: história e arquitetura – 1852-1910. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 1997.

MESQUITA, Otoni. La Belle vitrine: Manaus entre dois tempos (1890-1900). Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2009.

MIGUEIS, Roberto. Geografia do Amazonas. Manaus: Editora Valer, 2011.

MONTEIRO, Mário Ypiranga. Fundação de Manaus. Manaus: Editora Metro Cúbico, [s.d].

OLIVEIRA, José Aldemir de [et al.] (org.). Cidade de Manaus: visões interdisciplin-

ares. Manaus: EDUA, 2003.

OLIVEIRA, José Aldemir de. Manaus de 1920-1967: a cidade doce e dura em excesso. Manaus: Editora Valer, Governo do Estado do Amazonas, Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2003.

PEREIRA, Deusamir. Amazônia (in)sustentável: Zona Franca de Manaus. Manaus: Editora Valer, 2005.

PINSKY, Carla Bassanezi [et al.] (org.). Fontes históricas. São Paulo: Contexto, 2005.

RIBEIRO, Rafael Winter. Paisagem Cultural e Patrimônio. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2007.

SANTOS, Paulo Ferreira. Formação de cidades no Brasil colonial. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Ipahan, 2008.

SOUZA, Márcio. A expressão amazônica: do colonialismo ao neocolonialismo. Manaus: Editora Valer, 2003.

SOUZA, Márcio. História da Amazônia. Manaus: Editora Valer, 2009.

SUDÉRIO, Marcílio de Oliveira; MEDEIROS, Valério Augusto Soares de. Beyond the “rubber boom” city: Manaus urban morphology and social exclusion. Seminário. ISUF – International Seminar on Urban Form, 2009.

SUDÉRIO, Marcílio de Oliveira. Uma narrativa morfológica na Amazônia: Manaus, Ligações e Rupturas. Universidade de Brasília, Brasília 2015.

TELLES, Augusto Carlos da Silva. Atlas dos monumentos históricos e artísticos brasileiros. 3ed. Brasília DF: IPHAN/Programa Monumenta, 2008.